

Povos indígenas no Brasil em processos de libertação histórica

Indigenous peoples in Brazil in historical liberation processes

Dirce Gomes da Silva¹

BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

Os organizadores da obra, Clovis Antonio Brighenti e Egon Dionisio Heck, buscam desconstruir as representações positivistas indígenas promovidas pelo senso comum, que tratam com descrédito a verdadeira manifestação cultural dos povos indígenas. Eles descrevem eventos e trazem depoimentos de valor histórico, em um quadro compreensivo do Brasil, das condições de formação do movimento indígena como protagonista nos contextos histórico, político, social, econômico e religioso, suas lutas, seus enfrentamentos sociais e os conflitos durante os anos da ditadura militar.

O livro apresenta uma proposta teológica e eclesiologia a partir da afirmação do decreto *Ad gentes* (AG 10) de que assim como Cristo, por sua encarnação, se identificou com as condições sociais e culturais das pessoas com quem conviveu, a Igreja deve se inserir em todas as sociedades e oferecer o mistério, o Verbo feito carne, que veio para que todos tenham vida e vida em abundância (Jo 10,10). Com o título norteador *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*, o livro se situa na dimensão teológica do diálogo inter-religioso e social da Igreja, na consciência e no caminhar juntos com os povos indígenas. Por isso, analisa como os indígenas no Brasil superaram as noções de tutela estatal e integração, abriram caminho para o reconhecimento de sua organização social, línguas, costumes, crenças e tradições. Se apresenta como um livro cujas narrativas trazem para o leitor(a) clareza da importância de como os indígenas começaram a se apresentar perante a opinião pública de uma forma radicalmente diferente, como populações que lutam por seus direitos, exigem o reconhecimento de seus territórios e demandam ativamente a preservação de seus modos de vida, língua e cultura.

O livro está estruturado em três partes, subdivididas em capítulos. No primeiro capítulo, *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*, sobressai o testemunho do filósofo, teólogo, ativista e indigenista brasileiro, Egydio Schwade, sobre suas experiências nas assembleias dos povos indígenas. Os relatos de Schwade revelam uma realidade institucional que não havia nem vontade política, nem visão, nem orientação

¹ Doutoranda e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bacharel em Psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR) e em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano. Religiosa da Congregação das Irmãs de Cristo Pastor. Contato: missoesdircegomes@gmail.com.

evangélica capaz de levar em frente os projetos dos povos indígenas. Nesse sentido, ele descreve a importância da missão ecumênica, onde católicos e evangélicos luteranos buscavam, na mesma linha do Concílio Vaticano II, a unidade na missão junto aos povos indígenas. Nesse contexto, um fator relevante foi a criação do Conselho Indigenista missionário (Cimi) em 1972.

As 15 primeiras assembleias descritas por Schwade, realizadas nas próprias aldeias indígenas, com maior participação da comunidade anfitriã, eram espaços onde os povos indígenas avaliavam suas lutas e articulavam novas estratégias frente à política indigenista. A primeira assembleia foi realizada no Mato Grosso, em 1974, com a presença de lideranças indígenas e religiosos envolvidos nas causas indígenas. A ideia central sempre foi a terra, coração dos povos indígenas, a repressão do Estado e a perseguição dos latifundiários. Schwade afirma que as dinâmicas das assembleias consistiam sempre em autoapresentação, relatos dos problemas e descobertas de soluções. Assim, crescia cada vez mais a solidariedade entre os povos indígenas e confirmava que eles, tendo suas terras e direitos reconhecidos, têm condições de sobreviver sem paternalismo.

Vale destacar que na 14ª assembleia realizada em Manaus, em 1980, ocorreu com a presença do papa João Paulo II. Na ocasião, o indígena Marçal de Souza, Tupã-y, dirigiu suas palavras ao pontífice, verbalizando a caminhada histórica dos povos indígenas. Poucos meses depois, Tupã-y foi assassinado. Schwade afirma que em todas as assembleias foi marcante a presença e o apoio da Igreja luterana, confirmando a eclesiologia do Concílio Vaticano II, que em seus documentos incentiva o ecumenismo interétnico e o diálogo inter-religioso.

Com o tempo, a partir de 1980, as assembleias deixam as aldeias e passam a ser realizadas em Brasília, com maior participação de lideranças indígenas. No segundo capítulo, *As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984)*, Marlene Castro Ossami de Moura ressalta que, durante as 57 assembleias, os assuntos mais frequentes foram terra, saúde, educação, autodeterminação, organização, cultura, desenvolvimento, projetos, relação com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e com autoridades, depredação dos recursos naturais e relacionamentos com os brancos. A reflexão e conclusões desses temas favoreceu a persistência dos movimentos indígenas na busca de seus direitos, na superação e no desistir jamais.

Em *Relatando utopias: o movimento indígena no Brasil narrado pelos protagonistas*, Nailton Pataxó expõe as utopias de suas visitas a comunidades indígenas de norte a sul do Brasil. Ele expõe a marcha dos 500 anos de invasão, marcada pela realização de vários rituais de diversos povos e destaca, que, com menos de um quilômetro de caminhada, a polícia os impediu com dolorosos ataques. Oliveira e Heck destacam, em *Assassinados por defender os povos indígenas*, pessoas indígenas e não indígenas assassinadas por defender os povos originários. Foram mártires de uma causa que abraçaram por opção ou destino. Pessoas que tinham consciência que tal opção colocava em risco sua própria vida. A primeira parte conclui com o que Brighenti e Heck, de forma ilustrativa, reúne os fragmentos de diversos documentos finais de algumas assembleias e outras manifestações, mostrando a efervescência dos movimentos indígenas brasileiros.

Na segunda parte, os autores mostram as ações e as práticas conclusivas das assembleias, tendo o tema terra como principal objetivo das reflexões. Luís Ventura Fernández, no capítulo “*De rio a rio*”: *a luta pela terra em Raposa Serra do Sol*, relata que a terra Raposa Serra do Sol, hoje habitada por mais de 25.000 pessoas em 200 comunidades, foi marcada por relações de opressão e violência, sob o aparato de uma relação protetiva e dominação social. Por conseguinte, Fernández confirma que cada vez mais cresce entre os indígenas o protagonismo na condução de suas reuniões, sobretudo desde a luta pela terra e as assembleias de Tuxauas a partir de 1971. E assim, se fortalecem os elementos fundamentais dos seus projetos tais como: fonte de sustentação e articulação solidária entre os Tuxauas, tanto a nível local, regional e nacional.

Brighenti, no capítulo *Rebeliões indígenas no sul do Brasil contra os arrendamentos, abusos e omissões da Funai*, destaca as rebeliões indígenas no sul do Brasil, sobretudo aquelas contra a Funai pelo descaso aos povos desta região. Todavia, a persistência na luta pela conquista de suas terras culminara na expulsão dos arrendatários e intrusos. Mesmo com a tutela e sob o olhar do regime militar, os povos indígenas com ousadia se faziam ouvir. Meire Adriana da Silva, em *A expulsão e o caminho da volta dos kaiowá do tekoha Rancho Jacaré e Guaimbé*, fala de ações dos povos kaiowá. A autora enfatiza a importância da recuperação dos territórios, as estratégias políticas e práticas culturais desenvolvidas por estes povos. Porém, ressalta que mais tarde os povos kaiowá foram expulsos de suas terras e levados em gaiolas para a Reserva Indígena dos Kadiwéu em Dourados, Mato Grosso do Sul.

No quarto capítulo da segunda parte, *Indígenas e missionários nas retomadas das terras bororo e xavante (1960 a 1980)*, Mario Bordignon descreve o processo de relação entre os povos indígenas e os missionários, sobretudo nas terras bororos e xavantes. Cansados de verem suas terras extintas e roubadas, os indígenas decidem retomá-las. Foram lutas que concluí no assassinato de missionários e indígenas na defesa de suas terras. Atualmente, afirma Bordignon, com a coragem dos bororos e apoio de missionários, os processos de demarcação das terras estão em andamento. Os bororos e xavantes avançaram no cerrado em Goiás com o surgimento do Cimi, apoiado por religiosos(as) que suas, instituições, língua e rituais. Vários elementos contribuíram para a transformação e a demarcação das terras indígenas. No campo eclesial, se destaca a teologia da libertação como defensora dos pobres e dos povos indígenas, no qual favoreceu a efetivação dos processos e dos direitos fundamentais destes povos (BRIGHENTI, 2021, p. 201).

Na terceira parte do livro, os temas discutidos são questões em torno do Estado, da política e da legislação. Os autores Egon Dionizio Heck, Poliene Soares dos Santos Bicalho, Rosene Freire Lacerda e Saulo Ferreira Feitosa apresentam suas contribuições a partir do contexto da repressão da tutela nas políticas indigenistas e da ditadura militar, no qual o indigenista é visto como inimigo. O processo de violência contra os povos indígenas, Heck aponta, no capítulo *Repressão e tutela nas políticas indigenistas da ditadura militar*, é o resultado da omissão do Estado brasileiro sobre os povos originários. O autor desnuda os interesses e aparatos de controle e a

repressão contra os povos indígenas. “Faz necessário desenterrar do esquecimento a memória perigosa do massacre, do genocídio e do extermínio de milhões de povos desta terra sobre a qual nem registros se tem de suas existências” (HECK, 2021, p. 218).

Poliene Soares dos Santos Bicalho descreve, no capítulo *“Nem tudo eram flores”*: os indígenas, a ditadura e o decreto de emancipação de 1978, que apesar do desmando político, das torturas e perseguições, avanços econômicos e retrocessos políticos, os povos indígenas sentiam na pele e na alma os espinhos das flores, pois a ganância capitalista, de forma agressiva e violenta, atinge suas vidas e lutas. Além disso, nomes e roupagens diferentes aparecem a partir do ano 2018 no governo do presidente Jair Bolsonaro, com novas tentativas, novas formas de espoliações de direitos e políticas restritas dos povos indígenas.

Concluindo a terceira parte, os autores Rosane Freire Lacerda e Saulo Ferreira Feitosa, no capítulo *Os povos indígenas e a Assembleia Nacional Constituinte*, destacam a reconquista do direito ao voto e o poder de escolher representantes. Após 500 anos de dominação, agora são ouvidos como povo, portadores de direitos específicos. Os povos indígenas agora, ancorados seus movimentos e organizações, o resgate histórico comprova que suas lutas não foram e nunca serão em vão. Torna-se cada vez mais relevante que nunca.

Ao longo do livro se percebe o quanto os autores destacam a importância do movimento e organizações dos povos indígenas, apontando valiosos aspectos de conquistas e lutas frente aos contextos de repressão, tutela da ditadura militar e políticas que não favorecem a vida plena. Por outro lado, mesmo que os objetivos dos autores não eram apontar pistas concretas de como hoje podemos desenvolver ações transformadoras em favor dos povos indígenas, é possível inferir que o conteúdo poderia ser mais enriquecedor de apontamentos para uma maior atuação governamental, eclesial e pastoral junto às comunidades dos povos indígenas.

A obra oferece, para os tempos atuais, importantes contribuições para os 50 anos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). São relatos marcados por realidades indígenas que desafiam para uma fé comprometida, ecumênica e do diálogo inter-religioso. As contribuições desafiam e apontam metas, tanto no âmbito eclesial, social e político e, sobretudo, através do Concílio Vaticano II, que abriu possibilidade e legitimou uma nova ação pastoral junto aos povos indígenas, tendo como meta a defesa dos seus direitos e não sua conversão. Além disso, o livro corrobora com o magistério do papa Francisco, que recorda que cuidar dos valores culturais dos grupos indígenas deveria ser interesse de todos, porque a sua riqueza é também a nossa. Os povos indígenas expressam a autêntica qualidade de vida como um bem viver (QA 37-71).

A obra é recomendada às lideranças, homens e mulheres, pessoas de boa vontade, das diversas igrejas e credos para que, no respeito e diálogo, saibamos estar juntos aos povos indígenas e com eles construir uma terra sem males. Além do mais, o livro, pelo testemunho dos autores, amplia nossa visão e consciência sobre a realidade dos povos indígenas e nos indica ações permeadas por um esforço missionário, cuja meta é antecipação do Reino de Deus. ✨

REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. “Nem tudo eram flores”: os indígenas, a ditadura e o decreto de emancipação de 1978. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 238-249.

BORDIGNON, Mário. Indígenas e missionários nas retomadas das terras bororo e xavante (1960 a 1980). In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 188-200.

BRINGENTI, Clovis Antonio. Rebeliões indígenas no sul do Brasil contra os arrendamentos, abusos e omissões da Funai. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 155-158.

BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto Ad gentes: sobre a atividade missionária da Igreja. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 351-399.

FERNÁNDEZ, Luís Ventura. “De rio a rio”: a luta pela terra em Raposa Serra do Sol. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 138-149.

FRANCISCO. **Querida Amazônia: exortação apostólica pós-sinodal ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade**. São Paulo: Paulus, 2020.

HECK, Egon Dionisio. Repressão e tutela nas políticas indigenistas da ditadura militar. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 217-226.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Os povos indígenas e a Assembleia Nacional Constituinte. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 254-261.

MOURA, Marlene Castro Ossami. As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984). In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 50-66.

OLIVEIRA, Osmarina; HECK, Egon Dionisio. Assassinados por defender os povos indígenas. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 88-102.

PATAXÓ, Nailton. Relatando utopias: o movimento indígena no Brasil narrado pelos protagonistas. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 70-85.

SCHWADE, Egydio. Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 25-44.

SILVA, Meire Adriana. A expulsão e o caminho da volta dos kaiowá do tekoha Rancho Jacaré e Guaimbé. In: BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 172-183.

Recebido em: 12/01/2022.

Aceito em: 19/05/2022.